

Breve história da leitura escolar no Brasil: a formação de leitores

Brief history of school reading in Brazil: the formation of readers

Mônica Luiza Lages de Oliveira¹

Geisa Mara Batista²

Resumo: O presente trabalho pretende analisar a prática da leitura incentivada no ambiente escolar atual através de uma revisão bibliográfica e documental, levando-se em consideração as atuais políticas públicas voltadas à educação e à leitura. Compreender as transformações da educação no Brasil ao longo do tempo é fundamental para analisar as dificuldades em se estimular a competência leitora nos estudantes, pois de acordo com os dados do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) quase metade dos alunos não são capazes de deduzir informações do texto, de estabelecer relações entre diferentes partes do texto e não conseguem compreender nuances da linguagem. É consenso que o livro é importante instrumento de reflexão em projetos educacionais, preparando os alunos para atuarem de forma consciente e cidadã junto à sociedade. Torna-se imprescindível avaliar se o Brasil, através das políticas públicas, reconhece a leitura como estratégia para o presente e futuro da nação e, se a forma que orienta seus professores para atuarem pedagogicamente em sala de aula torna estimulante a prática da leitura para esse jovem do século XXI. Apesar das iniciativas públicas e o diálogo aberto com a sociedade em diferentes segmentos relacionados ao universo dos livros, busca-se compreender se os objetivos dos projetos de incentivo à leitura do governo brasileiro estão cumprindo de forma satisfatória seus objetivos.

Palavras-chave: leitura; história da leitura; escola; formação de leitores; habilidades leitoras.

Abstract: This work intends to analyze the practice encouraged reading in the current school environment through a bibliographical and documentary review, taking into account current public politics on education and reading. Understanding the transformation of education in Brazil over time is critical to analyze the difficulties in stimulating reading competence in students, since according to the data of Pisa (Programme for International Student Assessment), almost half of the students are not able to deduct information from text, to establish relationships between different parts of the text and cannot understand nuances of the language. The consensus is that the book is important instrument of

¹ Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Fumec – Brasil. Professora do Instituto Coração de Jesus – Brasil. E-mail: mõnicafazhistória@yahoo.com

² Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil. Doutoranda em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil. Professora da Faculdade Senac Minas – Brasil. E-mail: geisamara.batista@gmail.com

reflection on educational projects, preparing students to work in a conscious way and citizen in society. It is essential to assess whether Brazil, through public policies, recognizes reading as a strategy for the present and future of the nation and, if the form that guides their teachers to work pedagogically in class makes stimulating reading practice for that young twenty-first century. Despite public initiatives and open dialogue with society in different sectors related to the world of books seeks to understand whether project objectives to encourage Brazilian government's reading are satisfactorily fulfilling their goals.

Keywords: Reading; history of reading; school; training of players; Readers skills.

1. Introdução

As estatísticas sobre leitura no Brasil variam muito. Atualmente, segundo o CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), o índice de leitura no Brasil é de 1,8 livro por habitante por ano. Na Colômbia o índice é de 2,4 livros por habitante ao ano. Nos Estados Unidos, 5 (cinco), e na França, 7 (sete). De acordo com os resultados divulgados por Amorim (2008), na obra “Retratos da leitura no Brasil”, esse quadro lentamente está se alterando, mas é preciso fazer mais. Talvez o ambiente culturalmente consagrado como formador de leitores, a escola, mereça do país um olhar especial, por isso a pesquisa “Breve História da Leitura Escolar no Brasil: a formação de leitores”, pretende compreender o aparente paradoxo que se percebe entre o aumento das políticas públicas de incentivo à prática leitora e o ainda baixo desempenho dos alunos em exames como o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos).

Partindo do pressuposto de que ler pode ser prazeroso e desenvolve habilidades como: memória, capacidade de síntese, elaboração de hipóteses, confirmação de hipóteses – entre outros, entende-se que ler não é apenas decifrar a escrita, mas, antes, posicionar-se de forma crítica e reflexiva, tornando o papel mediador do professor no lugar institucional, a escola, fundamental nesse processo.

Nesse percurso investigativo, acredita-se ser de grande relevância analisar se é estimulado, no ambiente de educação formal o compartilhamento da experiência literária, o intercâmbio de ideias como estratégia para estimular a leitura entre os alunos, que no mundo contemporâneo, transitam em ambientes de grande diversidade literária e apelo tecnológico. Para tanto, a metodologia utilizada na pesquisa será qualitativa de caráter bibliográfico e documental em que será analisado as políticas públicas de incentivo à leitura e a forma como a escola e o professor são orientados a abordar o trabalho de leitura no ambiente escolar.

2. Breve história da leitura escolar no Brasil

No Brasil colonial poucos eram os letrados, apenas os portugueses que aqui chegaram, senhores de engenho e seus filhos, e homens do clero. O restante da população ficava excluída do universo das letras. Por volta de 1549, com a chegada dos jesuítas inicia-se a história da educação no Brasil, mas ainda direcionada para um público restrito. Segundo Veiga:

Os jesuítas foram os principais educadores de quase todo o período colonial, atuando, aqui no Brasil, de 1549 a 1759. No contexto de uma sociedade de economia agrário-exportadora dependente, explorada pela Metrópole, sem diversidade nas relações de produção, a educação não era considerada um valor social importante. Servia de instrumento de dominação da colônia pela aculturação dos povos nativos. A tarefa educativa estava voltada para a catequese e instrução dos indígenas, mas para a elite colonial um outro tipo de educação era oferecido. Assim, os índios e negros foram catequizados e os descendentes dos colonizadores foram instruídos. (VEIGA, 1989, p. 40).

Quanto à língua vemos uma preocupação com a compreensão da gramática, não tanto com as nuances e complexidades da leitura. De acordo com Bastos (1982, p.92):

De 1800 a 1807 o Brasil mudou pouco em vários setores e, no ensino, nós continuávamos a trabalhar com a gramática de Reis Lobato, imposta por D. José I, rei de Portugal, que a exigiu não só na metrópole, mas em todas as suas colônias. A partir de 1808, começaram mudanças que se tornaram continuas até praticamente o fim do século. Nesse ano, a coroa portuguesa mudou-se para o Brasil, para fugir da perseguição dos franceses comandada por Napoleão Bonaparte. Tal fato aparentemente comum trouxe modificações para a língua falada no Brasil e, também, trouxe à tona o significado de nacionalidade e de independência.

O predomínio intelectual da elite brasileira é perceptível não só nos grandes momentos de transformação social e política do Brasil como a independência do Brasil e a proclamação da República, mas também quando mantém controle sobre as práticas populares e coletivas de leitura, retardando o processo de alfabetização em massa no país.

As reformas não se implantaram de fato devido à falta de infraestrutura e de apoio das elites (oligarquia do café), avessas a qualquer renovação cultural. Além disso, a Igreja Católica reagia de forma negativa às novidades positivistas atribuídas ao governo republicano, considerado ateu, e que na

Constituição estabelecera a separação da Igreja e do Estado e a laicização do ensino nos estabelecimentos públicos (ARANHA, 1996, p. 197).

A elite portuguesa era influenciada pela perspectiva europeia, pós Revolução Francesa, segundo a qual a leitura era sinônimo de perigo, pois possibilitava o questionamento da realidade e o desejo de transformação. Daí a dissolução dos espaços públicos de compartilhamento de leituras e o incentivo à prática em ambiente doméstico. Dessa forma, a leitura silenciosa que já era praticada desde o século XVI para impedir perseguições religiosas, já que a Igreja não podia controlar o que era lido, intensificou-se na Idade Moderna, como um dos principais elementos de evolução política. A imprensa brasileira, dedicou-se então à indústria do livro didático, dificultando o acesso dos excluídos ao mundo da literatura, visto que a mesma ficou restrita às páginas desses livros escolares. Para o grupo dominante, renitente em se desapegar da imagem de europeu em terra estranha, a leitura não era vista como um caminho para construir uma nação mais desenvolvida baseada em troca de conhecimentos, mas um bem a ser preservado como distinção de uma erudição que traçaria uma linha imaginária intransponível entre a elite e o povo. Para Lajolo e Zilberman (1999, p.232) “um dos efeitos previstos [dessa inserção] é integrar o indivíduo ao coletivo e à pátria, civilizando-o e tornando-o um cidadão útil à sociedade”. Essa integração do indivíduo ao coletivo no Brasil tornou-se um desafio, visto que grupos de leitura, bibliotecas e espaços públicos destinados a debates literários demoraram muito a germinar. Para Richard Sennett (1988) “a separação entre ler e viver coletivamente ou entre arte e vida cotidiana está por trás do processo de alienação política do homem público”. O Brasil passava por transformações nas relações sociais, políticas e econômicas, com o estabelecimento da República, o fim da escravidão e a expansão da lavoura cafeeira atraindo imigrantes trabalhadores europeus. No entanto, de acordo com Bomeny (2009), o Brasil no século XX ainda enfrentaria o índice de 76,4% de analfabetismo.

Toda a produção acadêmica da história da educação no Brasil desde sempre foi unânime em apontar o caráter seletivo e restritivo da educação no país. Os pontos historicamente enfatizados são a falta de vagas e de escolas, e a evasão dos estudantes, constrangidos por problemas externos à escola – familiares, financeiros, de assistência, ligados, em suma, à necessidade de entrar no mercado de trabalho. (BOMENY, 2009, p.13)

Na Era Vargas foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que manteve uma educação elitista que priorizava o ensino superior e secundário em detrimento do ensino fundamental, como afirma Aranha (1996, p. 201) “[...] um ensino fundamental de cinco anos e outro complementar de dois anos, este último visando à preparação para o curso superior. [...]” e são estabelecidas normas de admissão de professores. Ainda assim não houve um avanço na área da educação, pois Vargas a utilizou para atender a interesses políticos e ideológicos de seu governo.

Assim, enquanto para os educadores alinhados com o movimento renovador o plano de educação era entendido como instrumento de introdução da racionalidade científica na política educacional, para Getúlio Vargas e Gustavo Capanema o plano convertia-se em instrumento destinado a revestir de racionalidade o controle político-ideológico exercido pela política educacional (SAVIANI, 2008, p. 179).

Percebe-se então que o esqueleto escolar se encontrava comprometido, não só estruturalmente, mas também na capacidade de educar. O período de 1964 até 1973 foi, segundo Cunha (1998 *apud*, SANTANA, 2015, p. 15),

O de maior expansão do ensino privado, onde escolas particulares receberam incentivos públicos para ampliarem sua oferta de ensino primário para o 1º e 2º graus, mesmo que precariamente. Algumas se organizaram e abriram até cursinhos pré-vestibulares e faculdades se fortalecendo enquanto redes privadas, acumulando capital suficiente para transformarem essas faculdades em universidades. É lamentável que a escola pública tenha sido atacada dessa forma pelos interesses de uma minoria de políticos e empresários brasileiros totalmente descomprometidos com os direitos dos cidadãos e com o desenvolvimento, crescimento e fortalecimento do povo brasileiro enquanto nação soberana.

Então, ainda em meados de 1980, falar de educação e, conseqüentemente, de leitura no Brasil era tratar do elitismo e da falta de oportunidades a todos nas escolas. Mas acesso à educação pública é diferente da qualidade em educação, assim como habilidade leitora é diferente de alfabetização.

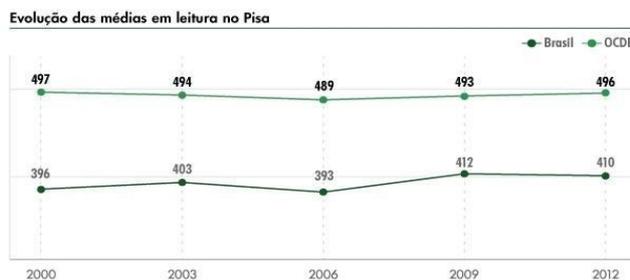
Assim, no final do século XIX, com a tentativa de atender a necessidade mercadológica, percebe-se uma lenta evolução, comparativamente ao período colonial, cujo sistema de educação era ainda mais elitista e havia carência de obras que estimulassem a leitura, sem a presença da imprensa. Coube então à escola contemporânea, na segunda metade do século XX, ampliar a prática da leitura e o

livro didático, apesar de menos atraente, passa a ser o parceiro ideal na estratégia de cumprir essa missão.

Traçar o perfil da educação brasileira nos remete ao fato de que só em meados do século XX o processo de expansão da escolarização básica no país começou, e que o seu crescimento, em termos de rede pública de ensino, se deu no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980. O que não se converte em qualidade. Isso pode ser comprovado pela participação brasileira no Pisa³.

O objetivo do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) é produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico. A avaliação procura verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando seus jovens para exercer o papel de cidadãos na sociedade contemporânea. Além de observar as competências dos estudantes em Leitura, Matemática e Ciências, o Pisa coleta informações para a elaboração de indicadores contextuais, os quais possibilitam relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais. Essas informações são coletadas por meio da aplicação de questionários específicos para os alunos, para os professores e para as escolas. As avaliações do Pisa acontecem a cada três anos e abrangem três áreas do conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências – havendo, a cada edição do programa, maior ênfase em cada uma dessas áreas.

Em 2012, o país participou mais uma vez do Pisa e o desempenho dos estudantes brasileiros em leitura piorou em relação a 2009. De acordo com dados do Pisa, o país somou 410 pontos em leitura, dois a menos do que a sua pontuação na última avaliação⁴. Veja o gráfico:



Fonte: UOL Educação⁵

³ Disponível em <http://portal.inep.gov.br/pisa/sobre-o-pisa>. Acessado em 09/04/2015

⁴ Disponível em http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-4f5-edebf1a7a660. Acessado em 21/05/2015.

⁵ Disponível em <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/12/03/pisa-desempenho-do-brasil-piora-em-leitura-e-empaca-em-ciencias.htm>. Acessado em 21/05/2015

Segundo os últimos dados do INAF (Indicador de Alfabetismo Funcional), divulgados em julho de 2012, o número de analfabetos funcionais totaliza 20% dos brasileiros entre 15 e 49 anos. O INAF define quatro níveis de alfabetismo:

<p>Analfabetos: não conseguem realizar nem mesmo tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços, etc.).</p>	<p>ANALFABETOS FUNCIONAIS</p>
<p>Alfabetizados em nível rudimentar: localizam uma informação explícita em textos curtos e familiares (como, por exemplo, um anúncio ou pequena carta), leem e escrevem números usuais e realizam operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias.</p>	
<p>Alfabetizados em nível básico: leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo com pequenas inferências, leem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e têm noção de proporcionalidade.</p>	<p>FUNCIONAL MENTE ALFABETIZADOS</p>
<p>Alfabetizados em Nível pleno: pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos usuais: leem textos mais longos, analisam e relacionam suas partes, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada, mapas e gráficos.</p>	

Fonte: Instituto Paulo Moentenegro⁶

A Unesco define "analfabeto funcional"

como toda pessoa que sabe escrever seu próprio nome, como lê e escreve frases simples, sabe fazer cálculos básicos, contudo, é incapaz de usar a leitura e a escrita em atividades rotineiras do dia a dia, impossibilitando seu desenvolvimento pessoal, profissional, acesso ao mercado globalizado de trabalho, mercê dificuldades de aprendizagem do conhecimento tecnológico da modernidade. Ou seja: o analfabeto funcional não consegue interpretar o sentido das palavras, expressar, por escrito, suas ideias, nem realizar operações matemáticas mais elaboradas. (PRIETO, 2006, s.n.)

⁶ Disponível em <http://www.ipm.org.br>. Acessado em 21/05/2015

No mundo globalizado, em que a disseminação da informação acontece em ritmo alucinante com o uso cada vez maior da tecnologia, o Brasil amarga o índice de 3 em cada 4 pessoas mostrando-se incapazes de interpretar e relacionar informações.

3. Políticas públicas voltadas à educação e leitura

Iniciativas de incentivo à leitura se avolumaram a partir de 1980 - como, por exemplo, o programa Salas de Leitura que se caracterizaram pelo atendimento assistemático e restrito a escolas com determinadas faixas de matrícula, definidas previamente a cada ano de atendimento -, quando houve um aumento rápido da população urbana que deixou mais evidente o problema da baixa escolaridade, educação e baixo índice de leitura, a partir daí a leitura toma outra dimensão, não mais equiparada à alfabetização, mas a complexidade do letramento.⁷ Nas palavras de Magda Soares, segundo entrevista concedida à coluna Diário da Escola, do jornal ao Diário do grande ABC⁸:

[...] ao olharmos historicamente para as últimas décadas, poderemos observar que o termo alfabetização, sempre entendido de uma forma restrita como aprendizagem do sistema da escrita, foi ampliado.(...)o aluno precisa saber fazer uso e envolver-se nas atividades de leitura e escrita. Ou seja, para entrar nesse universo do letramento, ele precisa apropriar-se do hábito de buscar um jornal para ler, de frequentar revistarias, livrarias, e com esse convívio efetivo com a leitura, apropriar-se do sistema de escrita.(...)é preciso compreender, inserir-se, avaliar, apreciar a escrita e a leitura. O letramento compreende tanto a apropriação das técnicas para a alfabetização quanto esse aspecto de convívio e hábito de utilização da leitura e da escrita.

A partir de 2000 houve uma mobilização maior estendendo ações estatais que já estavam em prática desde 1980 como, por exemplo, o programa “Fome de Livro” de 2004, cujo objetivo é dotar toda cidade brasileira de uma biblioteca pública, desoneração de impostos para lançamento de livros também de 2004, criação do PNLL (Plano Nacional do Livro e Leitura) em 2006 – fruto da união entre os Ministérios

⁷ Não podemos desconsiderar que desde meados da década de 1960 Paulo Freire já mencionava a complexidade envolvida no ato de ensinar a ler, apontando a relação ente leitura e “leitura do mundo”, contextualizada. Contudo, após o golpe, visto como representante de um pensamento ameaçador, será exilado, e retornará ao Brasil com sua proposta já no alvorecer da década de 1980, afirmando que o ato de ler propicia o conhecimento “para melhor interpretar nossa realidade” (FREIRE:1981)

⁸ Diário do Grande ABC, Sexta-feira, 29 de agosto de 2003. Disponível em <http://www.verzeri.org.br/artigos/003.pdf>. Acessado em 15/5/2015.

da Cultura e da Educação, caso raro quando se pesquisa cooperação a longo prazo entre órgãos governamentais, e por decreto presidencial Nº 7.559 em 2011, adquirindo caráter de Política de Estado. Seus eixos são:

1. Democratização do acesso ao livro;
2. Formação de mediadores para o incentivo à leitura;
3. Valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico;
4. Desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento da economia nacional. (BRASIL, 2014, p.3)

Entretanto, é desanimador quando se percebe que em nenhum momento, dentro do Caderno do PNLL (edição atualizada e revisada em 2014), é mencionado como pretendem estimular a leitura coletiva ou formar mediadores para o incentivo à leitura. Vagamente traçam as diretrizes de como deve ser feito, como por exemplo, programas de capacitação para formação de mediadores e implantação de projetos para fomentar a leitura como clubes de leitura. As orientações do que fazer estão lá, no entanto não explicitam um plano de ação, ou seja, o plano é totalmente teórico e não prático, perceptível a isenção da responsabilidade em implantar cursos de capacitação, fiscalizar e fomentar a prática da leitura.

É preciso enfatizar que não se trata aqui de explicitação de um conjunto de iniciativas e ações a serem efetivamente desenvolvidas pelo Governo Federal. Trata-se da fixação, do delineamento e da sistematização dessas iniciativas e ações, de tal modo que o conjunto dos eixos possa servir como baliza clara para que as mais variadas instituições e entidades da sociedade planejem e implementem suas ações, concentrando o foco nas prioridades do setor e não dispersando recursos de qualquer natureza. (BRASIL, 2015, p. 27)

É natural que se exija da sociedade mobilização para alterar a realidade da precariedade da leitura, mas é necessário o apoio das políticas públicas dando condições de implantação dessas mudanças. Portanto, a omissão esclarece, em parte, os motivos do desempenho do Pisa apresentarem uma queda significativa mesmo depois do lançamento do PNLL.

Em 2001 foi sancionado o primeiro PNE (Plano Nacional de Educação) , criado para dar as diretrizes e metas da educação no país, tem validade de dez anos e é uma exigência da constituição de 1988 O PNE em vigência é o que vigora entre 2014-

2024 e traz em suas 20 metas, pelo menos quatro se referem diretamente a valorização do professor, ou seja, 20%:

	Tema	Meta
15	Formação dos profissionais da educação/professores da educação básica com formação específica de nível superior (licenciatura na área de conhecimento em que atuam)	garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do <i>caput</i> do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
16	Formação, em nível de pós-graduação, dos professores da educação básica / Formação continuada na área de atuação	formar, em nível de pós-graduação, cinquenta por cento dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.
17	Equiparação, até o final de 2019, do rendimento médio dos profissionais do magistério das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente	valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.
18	Planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino / Piso salarial nacional para profissionais da educação básica pública – referenciados na Lei do Piso	assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Fonte: Plano Nacional de Educação, 2014-2024, p.34.

Mas ainda há de se considerar, a meta 7(sete), que trata de “melhorar a qualidade da educação básica”, tratará da leitura, ao prever como estratégia 7.33 “promover, em consonância com o PNLL, a formação do leitor e a capacitação de professores e bibliotecários e agentes da comunidade para serem mediadores de leitura”. (BRASIL: 2014: 66-67). Não há meta específica para leitura.

Fundado em 2006, o Todos pela Educação (TDE) é um movimento da sociedade civil brasileira que tem a missão de contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o país assegure a todas as crianças e jovens o direito à Educação Básica de qualidade. No entanto, os índices divulgados pelo TDE alertam que 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização ainda não conseguem ler (Todos pela Educação); 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da

escrita (Todos pela Educação). Professores recebem menos que o piso salarial (et. al., na mídia).

Neste contexto, em 2006, o Ministério da Educação, através do documento “Orientações Curriculares para o Ensino Médio” afirmou sobre a leitura que:

O desafio será levar o jovem à leitura de obras diferentes desse padrão [ficção juvenil ou os *best-sellers*] – sejam obras da tradição literária, sejam obras recentes, que tenham sido legitimadas como obras de reconhecido valor estético –, capazes de propiciar uma fruição mais apurada, mediante a qual terá acesso a uma outra forma de conhecimento de si e do mundo (BRASIL, 2006, p.69-70).

Iniciativa importante, mas talvez questionável, quando orienta os professores, ao escolherem um livro “de reconhecido valor estético”, retirando do aluno sua autonomia e, conseqüentemente criando uma leitura obrigatória e aceitável. Nesse aspecto Antonio Candido nos esclarece que:

[...] convém principiar distinguindo manifestações literárias, de literatura propriamente dita, considerada aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes numa fase. Estes denominadores são, além das características internas, (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece sob este ângulo como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contato entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade. (CANDIDO, 1981, p. 23).

Percebemos assim que, se é preciso receptor para ter literatura, ou seja, quem os leia, talvez alguns dos livros de ficção juvenil e *best-sellers* são importantes veículos de assimilação da prática da leitura pela sua receptividade superior aos de “reconhecido valor estético” já que promovem de forma mais eficiente a comunicação inter-humana. Antonio Candido agrega aos valores estéticos uma visão que não descarta o sociológico e histórico.

Caso concordemos com a perspectiva do letramento e com a importância do hábito da leitura, é preocupante a visão norteadora das políticas públicas no Brasil, posto que acabam por restringir a leitura e universo leitor, mais uma vez, aquilo que foi produzido e avaliado como bom por um certo grupo predominante culturalmente, “culturalmente privilegiados”. É imperativo estabelecer diálogo entre sociedade, escola e governo com o objetivo de buscar uma educação ampla e de qualidade, renovando a esperança de mudanças.

4. No ambiente escolar: a importância do professor como mediador de leitura

No mundo contemporâneo vivenciamos a necessidade de um maior domínio da competência leitora à medida que cresce o acesso às informações em fontes diversas, com COSTA (2006, p. 3) destaca-se que:

[...] as habilidades de leitura abrem portas ao conhecimento. A competência de leitura, adquirida nas trocas que, enquanto leitor, realiza, aperfeiçoa-se ao longo da vida e pode manter-se conectado à toda produção do pensar, agir e criar, realizada pela humanidade e registrada em formato de textos escritos. A força dessa aprendizagem constrói consciência e atitudes eficazes ao longo da vida.

Sabendo-se dos benefícios da leitura, ainda assim muitos acreditam que os alunos brasileiros não gostam de ler, e não lêem bem. Na obra *Retratos da Leitura no Brasil*, Hubert Alquéres (2008, p.11 *apud* AMORIM, 2008, p.11) afirma “ser evidente que as dificuldades de leitura configuram um quadro de inadequada formação educacional, decorrente da precariedade e da ineficiência do sistema de ensino”.

Leitor “se define em princípio, pela assiduidade a uma instituição determinada – a literatura” (ZILBERMAN: 1986: 17). A importância da obra literária se concretiza no ato de ordenar o mundo caótico no qual o indivíduo se insere, quando permite a empatia, racionalização e descoberta do mundo. A literatura, ao contrário do livro didático, permite um diálogo entre o escritor e o leitor que interpreta e amplia os limites do que está sendo encerrado no texto, permitindo através da imaginação diversas experiências do vivido.

Apesar de enfatizar a importância das obras literárias, essa relação entre o leitor e seu texto não se concretiza necessariamente de forma solitária, mas sim

dinamicamente através de um diálogo entre os vários significados presentes no vasto oceano das palavras. Desta forma, o universo digital pode colaborar quando reedita as trocas literárias tão comuns nas rodas de contação de histórias e grupos de leitura sem as barreiras físicas, sociais e econômicas.

O professor como mediador do conhecimento deve buscar, incansavelmente, por ações mais eficazes para motivar e despertar a curiosidade e potencialidade dos alunos. No que tange à leitura, percebemos o professor como aquele encarregado de apresentar o aluno ao mundo da leitura. Daí a importância de o professor demonstrar seu amor pela leitura e seu conhecimento literário, mas esse professor está preparado? Zilberman (1986) nos convida a essa reflexão já que a “crise da leitura”, termo utilizado pela autora em sua obra, perpassa educadores que passaram pela vida escolar focados em leituras obrigatórias e mecanicistas-pragmáticas. Bomeny⁹ parece concordar com Zilberman (1986) quando afirma que:

[...] o elo sensível em qualquer cadeia de valorização da leitura é o professor. [Mas] (...) Os próprios professores são vítimas de todas as dificuldades enfrentadas pelos que não foram socializados na leitura. De extração social mediana a baixa, professores são profundamente afetados pela formação insuficiente, baixa autoestima, salários aviltantes [...].

Assim parece caber ao professor que não teve a formação leitora, crescer na interação com seus alunos, compartilhando impressões e experiências sobre o que foi lido convidando os alunos a construir significados e ressignificados, ou seja, letrá-los. Trata-se de um processo dialógico que busca mediar as inferências dos leitores, resultado de sua interatividade com o texto, considerando que a elaboração de hipótese, busca de dados textuais, conhecimentos linguísticos e de mundo, reelaboração da hipótese e, por fim, sua confirmação ou não fazem parte da atividade leitora (KLEIMAN, 2002).

Não se está aqui desprezando o papel da família, que deve participar desse processo através do incentivo à prática de leitura, disponibilizando um local agradável que ajude a viajar nas histórias lidas e que permita o desligamento da realidade

⁹ Texto escrito para a Conferência organizada pelo Comissariado do Plano Nacional de Leitura, realizada em Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 22 e 23 de Outubro de 2007. Disponível em http://www.clube-de-leituras.pt/upload/documentos/Leituras%20no%20Brasil_%20lendo%20o%20Brasil.pdf. Acessado em 21/05/15.

cotidiana para refletir e se reposicionar sobre ela, além de proporcionar visitas a bibliotecas e livrarias. Contudo, ao professor, além deste papel, compete ser o exemplo e o mediador no lugar institucional do aprender, a escola.

Alguns poderiam dizer que as novas tecnologias representam também um desafio para o professor. A mesma insegurança existia quando a televisão surgiu, no entanto, logo percebeu-se que poderia ser usada como aliada na educação e mesmo para incentivar a leitura, quando as minisséries ou novelas eram lançadas e o público corria para ler a obra, um exemplo foi a novela “Éramos Seis”. O mesmo pode acontecer com o computador. Por sua vez, sabe-se que internet disponibiliza obras resumidas, no entanto obriga o aluno a ler mais para selecionar o que lhe é conveniente e para isso ele precisa compreender o que está lendo, interpretar o sentido do texto. E como nos lembra Emília Ferreiro, numa entrevista à jornalista Pellegrini da Revista Nova Escola, edição nº. 143 de junho de 2001, a internet traz uma evolução ao ato de ler

O trabalho na internet exige rapidez na leitura e muita seletividade, porque não se pode ler tudo o que está na tela. E a capacidade de selecionar não é algo que, há alguns anos, fosse uma exigência importante na formação do leitor. No contexto escolar, não tinha lugar preponderante mesmo. Na rede mundial de computadores, as páginas estão cheias de coisas que não têm relação com o que procuro e existe a possibilidade de um texto me conduzir a outros por meio de um click. Além disso, quando tenho um livro em mãos e o abro em qualquer página, sei claramente se é o começo, o meio ou o fim. Quando abro uma página na internet nem sempre tenho noção de onde estou.

Argumenta-se, assim, que as novas tecnologias são mais atraentes para o jovem desestimulando a leitura. No entanto, quem já adquiriu o hábito de leitura não seria capaz de conciliar as duas linguagens, pois já é capaz de produzir sentidos para o que está lendo? Para compreender e criar sentidos, interagindo com as novas tecnologias é necessário dominar os códigos de linguagem. Enfim, há inúmeras criações tecnológicas que não substituíram ou tornaram obsoletas as anteriores como as bicicletas, por exemplo, os carros são mais velozes, mas não tornaram as bicicletas obsoletas. Portanto, se queremos uma educação voltada para a formação integral do aluno, é necessário investir na capacitação dos professores, buscando o aprimoramento para atingir a excelência. Esse é o caminho para desenvolver habilidades leitoras transformando o professor em um mediador leitor, e portanto,

competente. Como afirma Bomeny (2009, p. 29) é “difícil dar o que não se recebeu ou o que não se tem”.

No início do século XXI, os professores são surpreendidos a todo instante com novas tecnologias digitais e o aluno, que tem cada vez mais acesso e, em geral, dominam com facilidade essas tecnologias, sente-se obrigado a frequentar um ambiente escolar que não conseguiu ainda se adaptar a tantas mudanças. Os alunos da era digital são as pessoas da chamada Geração Z, sempre conectados conseguem as informações de que precisa em fração de segundos, portanto exigem mais autonomia, são criativos e participativos.

Luiz Carlos Lobo em seu artigo para *Valor Econômico*¹⁰ afirma que

A velocidade da mudança é uma característica da sociedade atual, e o acesso rápido, amplo e atualizado à informação a qualquer momento e em qualquer lugar, por qualquer um, por meio da internet, é um apanágio dessa sociedade. Caberá ao Professor transformar essa informação em conhecimento, fazendo o aluno pensar, avaliar, sintetizar e discernir o valor dessa informação para seu projeto de vida, inserido na sua época e no seu contexto social.

Mas acessar um grande volume de informações não transforma, por si só, um jovem em um leitor crítico capaz de absorver o que é necessário para o seu crescimento intelectual e profissional. Cabe então à escola selecionar e rever criticamente a informação, reconstruir conhecimentos, despertando no aluno o prazer pelo saber, de acordo com Diana Maria Marchi, no livro *Ler e Escrever: compromisso de todas as áreas*:

Quando falamos de ler e compreender, estamos falando de conhecer. O melhor autor é aquele que faz seu público avançar na medida em que propõe novas leituras da realidade. O melhor mediador – professor – é aquele que, gostando da leitura, sabe explorar um texto propondo atividades de promoção da leitura através de estratégias que atendam os interesses dos jovens. (MARCHI, 2004, p. 166)

5. Uma crítica e uma proposta

¹⁰ Disponível em <http://www.valor.com.br/opiniao/3475736/o-aprendizado-dos-alunos-e-nosso-sistema-educacional> acessado em 19/05/2015.

A ferramenta pedagógica que pode ser usada assertivamente pelos professores para capacitar o aluno para esse mundo tecnológico em que a necessidade de leitura e interpretação, avaliação e discernimento torna-se tão imprescindível, seria a leitura e análise de obras literárias em que a criatividade e o diálogo com novas situações e contextos instigariam a curiosidade ao mesmo tempo em que se mostra um exercício desafiador. Por literatura ou obra literária, seguimos LAJOLO:

É a relação que as palavras estabelecem com o contexto, com a situação de produção da leitura que instaura a natureza literária de um texto [...]. A linguagem parece tornar-se literária quando seu uso instaura um universo, um espaço de interação de subjetividade (autor e leitor) que escapa ao imediatismo, à predictibilidade e ao estereótipo das situações e usos da linguagem que configuram a vida cotidiana. (LAJOLO, 1981, p.38)

Voltando à concepção de leitura apresentada pelas Orientações Curriculares para o Ensino Médio, a qual define o livro a ser lido como aquele de “reconhecido valor estético”, devemos lembrar que cada indivíduo é único, tem gostos e interesses diferentes, portanto seria relevante reconhecer e respeitar essas diferenças. No contexto de tal definição, comparando-a a concepção de letramento, talvez fosse mais adequado definir como um bom texto aquele que aguça a criatividade do leitor e que desperta o interesse por outras leituras.

O mais importante, sem dúvida, é que as pessoas adquiram o hábito de ler, não havendo restrições quanto ao que se vai ler. Porém, vale ressaltar que um bom leitor não quer dizer, somente, leitor alfabetizado; o segredo está em como esse leitor está encarando a leitura, como forma de aprimoramento pessoal, ou seja, é necessário que, através das leituras, o leitor passe a tornar-se crítico, pois [...] a leitura está diretamente relacionada à elaboração de sentidos produzida pelo leitor que, por sua vez, os elabora de acordo com o contexto cultural que o circunda. (PEREIRA, 2001, p.108)

O que se defende é que se há a necessidade de preparar e criar condições para que os alunos construam sua autonomia e cidadania, precisamos “reafirmar o papel da escola como palco privilegiado para a formação de leitores” (Amorim, 2008:15) e, conseqüentemente, privilegiando a autonomia do aluno. E, por que não, começando por privilegiar seu poder de escolha e a formação e expressão de sua opinião?

A história nos mostra que Brasil optou pela quantidade a qualquer custo sem o devido acompanhamento de políticas públicas que garantissem a qualidade da educação, daí a enorme quantidade de analfabetos funcionais com diploma. Diversos fatores devem ser levados em consideração para reverter esse quadro como melhoria nos cursos de formação dos docentes, remuneração adequada, estímulo ao envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos e programas de incentivo à leitura como subsídios para compras de livros, bibliotecas públicas, premiações para projetos educacionais inovadores, etc. E talvez uma explicação para o insucesso (de qualidade) para isso seja o princípio norteados da prática pedagógica em relação a leitura escolar: restritiva e obrigatória.

O bibliófilo brasileiro José Mindlin já afirmava: “O que não gosto, e raramente acontece, é de ler por obrigação”; ninguém gosta, afinal. Adquirindo o hábito, vem com o tempo o discernimento acerca da qualidade. Assim, considerando as crescentes políticas públicas, demonstrado no item anterior, conviria discutir: se de fato os alunos não leem ou se, diferentemente do que se acredita, eles leem textos que a escola não valoriza e prioriza? Os alunos não tem competência leitora ou não gostam, não se interessam pelo que lhes é oferecido como leitura? O desafio que se coloca é o de como incentivar o aluno a encontrar o texto certo, aquele que vai conquistar o seu coração. A hipótese é a de que, a partir da experiência prazerosa em companhia de um livro, o indivíduo torna-se mais propenso a compreender o mundo que o cerca e interagir com outras pessoas em busca de novas experiências e conhecimentos.

Nesse processo deve-se salientar que a relação do leitor com o livro é pessoal, um livro pode ser considerado um clássico e não motivar o jovem. Dar autonomia ao aluno permitindo que, a partir de sua escolha, o hábito da leitura se consolide é incentivar a inquietação, a busca pelo conhecimento, raciocínio e capacidade de interpretação.

A cultura popular é muito rica, então como surgiu a hierarquia entre os tipos de cultura? Esse distanciamento remonta à história da educação escolar no Brasil, ou seja, a proibição das tipografias no país, a escravidão e o analfabetismo da maioria da população são elementos importantes para a compreensão do muro que separa a cultura clássica da cultura popular. As práticas culturais populares realizadas por negros e indígenas foram rotuladas pela minoria branca europeia e masculina como primitivas e de baixa qualidade. O problema que se percebe não é a influência de

literatura popular ou meios de comunicação de massa (televisão, rádio, cinema) como instrumentos de alienação e sim a falta de estímulo em criar diálogos entre esses produtos culturais e os “de reconhecido valor estético”. É possível usar os meios de comunicação de massa como meio de estimular o hábito da leitura, criando novos tipos de leitores que conseguem transitar entre diferentes mídias articulando sentido entre uma história popular divulgada na televisão ou rádio sobre ciúmes e relacionar com o clássico (romance Dom Casmurro de Machado de Assis), cujo tema central é o ciúme. Seria uma estratégia para reverter esse quadro excludente, portanto, a difusão do prazer da leitura pela intertextualidade. Através de um texto conduzir o leitor a outro e assim levá-lo a experimentar vários textos diversos como científicos, ficcionais, jornalísticos, de propaganda e, nesse percurso, ir “transmitindo” o prazer de uma leitura à outra, deixando os alunos livres para escolherem o que querem ler, sem preconceitos.

A escola precisa ceder espaço para as leituras coletivas, o compartilhamento de ideias e sentimentos despertados pelas histórias lidas e vividas, revertendo o processo europeu desencadeado no século XIX, que passou a considerar a leitura coletiva como nocivo à ordem da nova sociedade liberal burguesa, incentivando a leitura silenciosa. Contar histórias é uma das práticas culturais mais antigas dos homens. É através do ato de contar e ouvir histórias que o homem estabelece sentido para tudo que está em sua volta, “devemos assim lembrar que o prazer e o interesse que temos por histórias faz parte da condição humana oriunda de nossas mais profundas raízes antropológicas” (ELIADE, 1998, p.11).

A escola como responsável pela alfabetização, ou seja, ensinar o indivíduo a dominar o código escrito, vem sendo exigida cada vez mais no sentido de transcender a experiência da escrita fonética para a construção de sentidos diante dos diferentes tipos de produção cultural.

Ao professor compete incentivar círculos de leitura durante todo o processo escolar e não limitar essa troca de experiências aos ensinamentos iniciais como infantil e fundamental I. É preciso romper a resistência à prática leitora coletiva, combatendo a ideologia do individualismo na construção dos significados e passividade na recepção da informação e conhecimento. Segundo Roberto Pompeu de Toledo em entrevista à revista *Veja* em 1º de fevereiro de 2006: “Os círculos de leitura vêm ao socorro de um dos mais gritantes defeitos da educação brasileira: não ensinar a ler. Ou, mais

precisamente: produzir alunos capazes de recitar as palavras contidas numa sentença, mas incapazes de captar-lhes o sentido.”

6. Conclusão

Muitos são os equívocos ao tentarmos sanar o déficit de leitura em nosso país e poucas as ações eficientes para reverter o quadro. O conhecimento histórico da educação brasileira nos possibilita perceber o tardio interesse, por parte da elite que governava o país, em alfabetizar e incentivar a leitura entre a população o que contribuiu para a nossa aparente indiferença em relação aos livros e o reconhecimento de sua importância.

O pensamento elitista permanece e se torna claro quando nos familiarizamos com as políticas públicas como, por exemplo, “Orientações Curriculares para o Ensino Médio” do Ministério da Educação (2006), quando orienta os professores que direcionem seus alunos para a leitura de “obras de reconhecido valor estético”. Quem define o valor de uma obra? Se um leitor deseja ler uma obra não é aquela que tem valor para ele?

Não podemos negar o valor inestimável das obras clássicas que carregam em si questões existenciais que atravessam o tempo e o espaço, mantendo-se atuais, mas precisamos respeitar o valor das obras populares que carregam a cultura e valores do povo, bem como a maturidade e o gosto literário de quem lê. No entanto, é incontestável o valor da leitura para uma sociedade que deseja e precisa de uma educação de qualidade. É necessário que a escola dê mais espaço para a leitura compartilhada com o objetivo de dar aos alunos um modelo de leitor (o professor) auxiliando o aluno a dar sentido ao que foi lido.

O PNLL orienta que “deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários, mediadores de leitura) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade.” Mas o professor, fruto de uma educação mecanicista e pouco voltada para a leitura, não foi preparado para suprir essa demanda por uma sociedade leitora e se vê pressionado a adaptar-se rapidamente a essa nova realidade.

O PNLL tem bons objetivos, mas é equivocado ao não se comprometer em liderar um conjunto de medidas para efetivamente colocar em prática os pontos tão

longamente discutidos com toda a cadeia produtiva do livro, criando uma ilusão quando afirma que: “O Plano como aqui se vê configurado é produto do compromisso do governo federal de construir políticas públicas e culturais com base em um amplo debate com a sociedade e, em especial, com todos os setores interessados no tema.” (Caderno do PNLL: 3, grifo meu) . O construir citado no caderno do PNLL não é colocado em prática.

O jovem estudante não auxilia muito nessa missão que foi dada à escola, pois vive uma realidade complexa e mutável, que o impulsiona em várias direções ao mesmo tempo e o seduz com tecnologias que sem orientação adequada o afasta do objetivo primeiro do livro que é estimular a criatividade, a concentração e a capacidade crítica.

O governo, através de políticas públicas, busca dar subsídios para o desenvolvimento da leitura no país, mas esbarra em uma série de problemas que desafiam o simples desejo por mudanças. Precisamos de orientações curriculares que garantam o compartilhamento de ideias, bibliotecas (entendido o termo como todos os espaços de leitura com acesso ao público em geral, podendo ser, ou não, geridas pela administração pública) com acervo atrativo tanto pela quantidade como pelos serviços que podem oferecer (contação de histórias, encontro com autores, feiras literárias etc.)

O importante é que já se reconhece a necessidade da mudança e o caminho começou a ser trilhado e o diálogo permanece. É necessário partir para a ação, o caminho está traçado. Precisamos reconhecer na história o que não nos serve mais, buscar ações efetivas de incentivo à prática da leitura, modernizar nosso sistema educacional nos desvencilhando da mentalidade elitista colonial.

Referências

AMORIM, Galeno (org) *Retratos da leitura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial : Instituto Pró-livro, 2008.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. *Dificuldades de leitura: A busca da chave do segredo*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- BASTOS, Sílvia Aparecida. *A leitura e a escrita em pleno Brasil Colonial*. São Paulo, Brasiliense: 1982.
- BOMENY, Helena. *Leitura no Brasil, leitura do Brasil. Sociologia, problemas e práticas*. Lisboa, n.60, maio de 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n60/n60a02.pdf>> . Acesso em 23 de outubro de 2014.
- BRASIL. *Plano Nacional do Livro e da Leitura (Revisado em 2014)*. Disponível em http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660 Acessado em 21/05/2015.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Linguagens, Códigos e suas tecnologias*. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf>. Acesso em: 01 out. 2014.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de educação (PNE) e dá outras providências*. –Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2014.
- CARNEIRO, Flávio. *Entre o Cristal e a Chama: ensaios sobre o leitor*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- COLOMER, Teresa; CAMPS, Anna. *Ensinar a ler, ensinar a compreender*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- COSTA, Marta Morais da. *Literatura, Leitura e Aprendizagem*. Curitiba: IESDE, 2006.
- CUNHA, Luiz Antônio. Educação pública: os limites do estatal e do privado. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de (Org.). *Política educacional: impasses e alternativas*. São Paulo: 2 ed. Cortez, 1998.
- ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. São Paulo, Editora Perspectiva. 5edição, 1998.
- FERNÁNDEZ, I. Gretel. M. E.; KANASHIRO, Daniela S. K.. *Leitura: Da Antiguidade ao século XXI. O que mudou?* Revista UFG. Ano XIII nº 11. Dez. 2011.
- FREIRE Paulo. *A Importância do Ato de Ler. em três artigos que se completam*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988. 80 p.
- KLEIMAN, A. B. *Texto e Leitor: Aspectos Cognitivos da Leitura*. Editora Pontes, São Paulo, SP, 2002.
- KOCH, Ingedore Villaça & ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.
- LAJOLO, Marisa. *O que é literatura*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Col. Primeiros Passos).
- LAJOLO, M. & ZILBERMAN, R. *A formação da Leitura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

NEVES, Iara C. Bitencourt; SOUZA, Jusamara Vieira; Schaffer, Neiva Otero; Guerdes, Paulo Coimbra; Klüsener, Renata (org.). *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. 8. Ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004.

PAIXÃO, Fernando. *A leitura como educação dos sentidos*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/paixao.html>>. Acesso em 20 outubro de 2009.

PELLEGRINI, D. *O ato de ler evoluiu*. Revista Nova Escola, nº. 143. São Paulo: Abril, 2001. Disponível em: < <http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/ato-ler-evolui-423536.shtml>>. Acesso em 23 de outubro de 2014.

PEREIRA, Cláudia Gomes. A fragilidade das verdades. In: SOUZA JÚNIOR, José Luiz Foreaux (Org.). *Exercícios de leitura*. São Paulo: Scortecci, 2001.

PRIETO, Andréa C. S. *Analfabetismo funcional: uma triste realidade do nosso país*. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=700>.> Acesso em 20 maio de 2015.

SANTANA, D. J. *Legislação E Políticas Públicas Para A Educação No Brasil: O Lugar Da Educação Infantil Neste Contexto*. Disponível em www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/.../HIOjJsQ8.dot. Acessado em 21/05/2015.

SAVIANI, Dermeval. *Da Nova LDB ao FUNDEB*. 3 ed. rev.e ampl. Campinas, SP: Autores Associados (Coleção educação contemporânea), 2008.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de leitura*. 6. ed., Porto Alegre: Artmed, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *A prática pedagógica do professor de didática*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

ZILBERMAN, R. (org) *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. 6ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.